

FDE prevê gastar US\$ 682 milhões em material e ampliação de escolas

22 JAN 1993

por Erico Benute
de São Paulo

Para o exercício de 1993, a Fundação para Desenvolvimento da Educação (FDE), uma fundação de direito privado vinculada à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, tem uma previsão de gastos com a expansão e manutenção da rede física de escolas da ordem de US\$ 682 milhões, que incluem todas as compras e contratações a serem efetuadas pela FDE durante o ano. Desse total, já foram aprovados pela Assembleia Legislativa US\$ 224 milhões.

Para o diretor executivo da FDE, César Callegari, é difícil definir quantos processos licitatórios serão abertos pela fundação neste ano, mas alguns números já estão consolidados. "Iremos reformar, ampliar e reparar 2,3 mil escolas da rede estadual de ensino neste ano", afirma. Isso significa que pelo menos duas mil e trezentas licitações para contratação de empresas de construção civil deverão ser iniciadas em 1993, que consumindo US\$ 400 milhões da verba

total estimada para o ano. Ainda dentro do orçamento, está prevista a compra de 8,99 mil conjuntos escolares (cadeiras e carteiras) e cerca de mil computadores. "Temos um projeto ambicioso para este ano", declara o diretor ao comparar os números dos dois últimos anos com a meta para 1993. Em 1991, a FDE gastou o equivalente a US\$ 197,8 milhões com a rede física de escolas, total que subiu para US\$ 202,7 milhões em 1992.

Desde o início da gestão Fleury, informa Callegari, cerca de 2,9 mil obras de ampliação e reforma em estabelecimentos de ensino foram realizadas na rede estadual que conta hoje com o total de 6,2 mil escolas.

Outras 1,9 mil obras já estão em andamento — licitadas, iniciadas ou em fase de conclusão.

Dentro dos processos licitatórios da FDE incluem-se obras de manutenção preventiva, como serviços de eletricitistas, bombeiros e limpeza pesada. No caso das licitações de serviços (ampliação e reparos da rede física e manutenção

preventiva) o procedimento adotado pela FDE, na grande maioria dos casos, é a carta-convite, modalidade que permite contratações com custo de até Cr\$ 1,2 bilhão.

"Temos este mês 110 cartas-convite em andamento (todas com abertura prevista para o dia 22 próximo), que visam reformas de emergência em prédios escolares que deverão estar prontos para a volta às aulas", declara o diretor. Segundo ele, existem vantagens em se realizar vários pequenos processos licitatórios no lugar de uma grande concorrência (modalidade para custos acima de Cr\$ 12,1 bilhões).

A primeira delas seria a rapidez burocrática. A carta-convite pode ser definida em até dez dias, enquanto uma concorrência demoraria normalmente cerca de sessenta dias. Outra vantagem, segundo Callegari, é a qualidade do serviço prestado. "Ao contratarmos uma pequena empresa de engenharia que fica responsável pelas obras de apenas uma escola, garantimos uma melhor fiscalização do serviço, que

acaba sendo feita não só pelos engenheiros fiscais da FDE como pelos próprios funcionários e alunos do estabelecimento", argumenta.

A carta-convite também garante uma redução de custos, na opinião do diretor. A realização de uma concorrência implicaria na contratação de uma empreiteira de porte que realizaria subcontratações, embutindo no preço final da licitação seus custos com isso e lucro sobre esse total. "Contratando diretamente os pequenos eliminamos esse repasse."

Atualmente, a FDE possui cerca de 850 empresas de engenharia civil cadastradas. Para que todas tenham oportunidade de participar das licitações, as cartas-convite, que prevêem o envio de propostas de participação a um mínimo de três empresas, são publicadas em jornais de grande circulação, mesmo não sendo o procedimento obrigatório. "Foi uma política adotada desde o início do atual governo para que os processos sejam democráticos", completa Callegari.